



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0204783-4

IMPETRANTES : PAULA DE REZENDE CAMINHA LINS E SUZANA MARIA CAVALCANTE SOBRINHO 218
PACIENTE : RICARDO LUIZ LIMA DOS SANTOS
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : OLINDA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ART. 33 E ART. 35 DA LEI Nº 11.343/06). PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA. INSTRUÇÃO CONCLUÍDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 52 DO STJ. PRESENÇA DE REQUISITO DO ART. 312 DO CPP. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. OBSERVÂNCIA DO ART. 44 DA LEI Nº 11.343/06 C/C ART. 5º, XLIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Os prazos processuais não são peremptórios e devem ser aferidos caso a caso, consoante o princípio da razoabilidade.

II - In casu, a instrução criminal já chegou ao fim, estando o processo concluso para julgamento, o que, de acordo com a Súmula nº 52 do STJ, torna superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

III - O magistrado a quo justificou a prisão cautelar como necessária à garantia da ordem pública, uma vez que a quantidade de droga apreendida indica a relevância da atuação do paciente no tráfico da localidade. De fato, há indícios de que o acusado realiza o tráfico de entorpecentes de forma contumaz, valendo-se inclusive de seu táxi para realizar o fornecimento do entorpecente, fazendo-se mister, portanto, acautelar a sociedade.

IV - A vedação expressa do benefício da liberdade provisória, contido no art. 44 da Lei nº 11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime de tráfico de drogas.

V - Constrangimento ilegal não configurado.

VI - Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0204783-4**, no qual figuram como partes as retrorominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

219

HABEAS CORPUS Nº 0204783-4

IMPETRANTES : PAULA DE REZENDE CAMINHA LINS E SUZANA MARIA
CAVALCANTE SOBRINHO
PACIENTE : RICARDO LUIZ LIMA DOS SANTOS
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASUNÇÃO
COMARCA : OLINDA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

RELATÓRIO

Paula de Rezende Caminha Lins e Suzana Maria Cavalcante Sobrinho, advogadas, impetraram o presente *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, em favor de **RICARDO LUIZ LIMA DOS SANTOS**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora a Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal de Olinda, relativamente ao processo nº226.2009.000688-9.

As impetrantes alegam que: o paciente foi preso no bairro de Rio Doce, Olinda, quando seu táxi foi interceptado por agentes da Polícia Federal, que encontraram 30kg de maconha acondicionada em uma mala dentro do veículo, sendo denunciado por tráfico de drogas; o paciente nega veementemente a prática do delito, que atribui a um casal e ao co-denunciado; o magistrado *a quo* denegou o pedido de liberdade provisória formulado pelo paciente, embora, instado a se manifestar sobre o pleito, o *parquet* tenha opinado favoravelmente à concessão do pedido em razão do excesso de prazo; as provas até então apuradas são insuficientes para apontar o paciente como autor da prática delituosa que lhe é atribuída.

Por fim, requerem a concessão da ordem, liminarmente e a sua posterior confirmação, ante a desnecessidade da manutenção da segregação do paciente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



220

Por meio da decisão de fl. 25/26, foi indeferido o pleito liminar.

A Juíza da 3ª Vara Criminal de Olinda, onde tramita o feito, prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls. 33/35.

A Procuradoria Criminal, pelo Procurador de Justiça, José Correia de Araújo, ofertou parecer às fls. 40/41, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 26 de fevereiro de 2010.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



221

HABEAS CORPUS Nº 0204783-4

IMPETRANTES : PAULA DE REZENDE CAMINHA LINS E SUZANA MARIA
CAVALCANTE SOBRINHO
PACIENTE : RICARDO LUIZ LIMA DOS SANTOS
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
CONVOCADADO
COMARCA : OLINDA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

VOTO

O presente *Habeas Corpus* foi impetrado por Paula de Rezende Caminha Lins e Suzana Maria Cavalcante Sobrinho, em favor de **RICARDO LUIZ LIMA DOS SANTOS**, relativamente ao processo nº 226.2009.000688-9, a que responde na 3ª Vara Criminal de Olinda, pela prática dos delitos previstos nos artigos 33 e 35, da Lei nº 11.343/2006¹.

As impetrantes sustentam, em resumo, as seguintes teses:

- a) negativa de autoria;
- b) desnecessidade da custódia cautelar;
- c) excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.

¹ Lei nº 11.343/06

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



222

Pois bem.

No tocante a tese de negativa de autoria, *in casu*, esguardando a cópia dos autos, verifico que estão presentes indícios de autoria e materialidade, consubstanciados nos depoimentos do paciente e de testemunhas, em juízo.

Impende realçar, no entanto, que a via estreita do *habeas corpus* não comporta o exame aprofundado de provas, a ser realizado em regular instrução criminal.

A propósito:

HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXAME APROFUNDADO DE PROVAS INCOMPATÍVEL COM O RITO DO HC. DENEGAÇÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE. 1.A estreita via do *habeas corpus*, carente de dilação probatória, não comporta o exame de questões que demandem o profundo revolvimento do conjunto fático-probatório colhido nos autos da ação penal ofertada contra o paciente. 2.[...] 4.Denegação da ordem de *Habeas corpus*. 5.Unanimidade.
(TJPE - HC nº177886-1 - Rel:bDes.Gustavo Lima - Julgado em 16/12/2008, grifos nossos)

Segundo informou a autoridade apontada como coatora, o paciente foi preso em flagrante em 03/09/2009, por volta das 18h, por agentes da Polícia Federal, que em razão de investigações anteriormente encetadas, dirigiram-se às imediações da Avenida Brasil, no Município de Olinda e abordaram o táxi guiado por ele. Segundo informações obtidas pelos agentes federais, o paciente vinha fazendo a entrega da droga em seu táxi, abastecendo pontos de vendas da associação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



223

Informou ainda a magistrada de 1º grau, em síntese, que: o paciente já havia sido preso no Estado de Alagoas, por formação de quadrilha e roubos, e condenado em Pernambuco pela prática do delito previsto no art. 297, nos autos do processo nº 001.1996.085856-4; em data de 14/12/2009, o Ministério Público apresentou Alegações Finais e, face a interposição do presente *writ*, os autos retornaram conclusos, a fim de serem prestadas informações, após o que a defesa será intimada para apresentação das alegações derradeiras.

Examino.

No que tange aos prazos processuais, ressalto que não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade.

No presente caso, a instrução criminal já chegou ao fim.

Assim, a alegação de excesso de prazo fica superada. É o que prescreve a Súmula nº 52 do STJ, *in verbis*: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Trago a lume os seguintes julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. PERDA DE OBJETO. LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE DO PACIENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

1. Encerrada a instrução criminal e proferida sentença penal condenatória, eventual constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

224

de prazo da custódia cautelar, encontra-se superado.

2.A prisão preventiva do acusado está satisfatoriamente justificada na garantia da ordem pública, pois os autos retratam, com elementos concretos, a necessidade da segregação do réu, evidenciada pelas circunstâncias dos delitos.

3. [...]

4. Habeas corpus prejudicado em parte e, na parte conhecida, denegada a ordem.

(STJ, HC 112584 / PA, Quinta Turma, Rel. Min^a Laurita Vaz, julgamento em 19/02/2009, grifos nossos).

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. (1) PRISÃO PROCESSUAL. FUNDAMENTOS. SUBSEQÜENTE MODIFICAÇÃO DO TÍTULO. ACRÉSCIMO DE NOVOS ELEMENTOS. ORDEM PREJUDICADA. (3) INSTRUÇÃO CRIMINAL. EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO. MATÉRIA NÃO SUSCITADA PERANTE O TRIBUNAL A QUO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. SÚMULA 52 DO STJ. EXAME SUPERADO.

1. Se sobrevém sentença condenatória, na qual é indeferido o direito de recorrer em liberdade inovando nos fundamentos de cautelaridade, é inviável a apreciação do habeas corpus que aponta a ilegalidade do indeferimento de liberdade provisória.

2. Não é admissível a esta Corte, sob pena de supressão da instância, conhecer de matéria não agitada em prévia ordem impetrada perante a Corte a quo. Ultimada a instrução processual penal, resta superada a alegação de excesso de prazo. Súmula 52 desta Corte.

3. Ordem prejudicada.

(STJ, HC 114404 / SP, Sexta Turma, Rel. Min^a Maria Thereza de Assis Moura, julgamento em 16/12/2008, grifos nossos).

Com o processo encaminhando-se para seu final, com a instrução criminal já encerrada e afastado o excesso de prazo, não é recomendável, por ora, a concessão da liberdade provisória ao paciente.

Quanto à alegação de que a prisão do paciente não se faz necessária, tenho que não merece prosperar. O magistrado a quo justificou a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



225

prisão cautelar como necessária à garantia da ordem pública, uma vez que a quantidade de droga apreendida indica a relevância da atuação do paciente no tráfico da localidade. De fato, observo que há indícios de que o acusado realiza o tráfico de entorpecentes de forma contumaz, valendo-se inclusive de seu táxi para realizar o fornecimento do entorpecente, fazendo-se mister, portanto, acautelar a sociedade.

Ressalto, ainda, que o paciente registra antecedentes criminais, como informou a autoridade apontada como coatora.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado do E. Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES EM ASSOCIAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Evidenciando o decreto de custódia cautelar, na sua motivação, os pressupostos e motivos legais da medida constritiva, sobretudo para garantir a ordem pública, não há falar em ilegalidade qualquer (artigo 312 do Código de Processo Penal).

2. Ordem denegada.

(STJ, HC 66.596/RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 05/12/2006, DJe 04/08/2008, grifos nossos).

Por fim, ressalto que a vedação expressa do benefício da liberdade provisória, contido no art. 44 da Lei nº 11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime de tráfico de drogas².

² (HC 133.285/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 03/08/2009)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



226

O óbice à liberdade provisória emana da própria Constituição Federal que, expressamente, prevê, no art.5º, inciso XLIII, a inafiançabilidade àqueles presos em flagrante pela prática de crimes hediondos.

Por oportuno, confira-se o teor da norma mencionada:

"XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem".

Assim, o fundamento apresentado pelo magistrado a quo é suficiente, não sendo necessário que ele se aprofunde na análise dos requisitos do art.312 do Código de Processo Penal, porquanto, como dito, a manutenção da custódia decorre, em última análise, de preceito constitucional que erige obstáculo à benesse desejada pelo paciente.

A corroborar esse entendimento, vejamos recente posicionamento do STJ:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E LAVAGEM DE DINHEIRO. RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE. NULIDADE DA LAVRATURA DO AUTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO ASSOCIATIVO ENTRE O PACIENTE E A CORRÊ.NECESSIDADE DE EXAME DILATADO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO.IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA PARA DIRIMIR A QUESTÃO.1. [...]1. [...]LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. OBEDIÊNCIA AOS ART. 5º, INCISO LXVI, DA CF/88 E 44 DA LEI 11.343/2006. PRECEDENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E CONSTITUCIONAL. COAÇÃO NÃO DEMONSTRADA.

1. Não caracteriza constrangimento ilegal a manutenção da negativa de concessão de liberdade provisória ao flagrado no cometimento em tese do delito de tráfico de entorpecentes praticado na vigência da Lei 11.343/06, notadamente em se considerando o

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



227

disposto no art. 44 da citada lei especial, que expressamente proíbe a soltura clausulada nesse caso, mesmo após a edição e entrada em vigor da Lei 11.464/2007. (Precedentes do STF e da Quinta Turma do STJ).

2. Condições pessoais favoráveis são irrelevantes para a concessão da liberdade provisória, se presentes na hipótese outros elementos determinantes à manutenção da prisão processual.

3. Writ conhecido em parte, e neste ponto, denegado.

(HC 107.564/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 03/08/2009, grifos nossos)

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 16 de janeiro de 2010.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator